

O AMAZONISMO ACRÍDICO
E OS POVOS INDÍGENAS
REVISITANDO
HISTÓRIA DO A

**O AMAZONISMO ACRIANO
E OS POVOS INDÍGENAS:
REVISITANDO A
HISTÓRIA DO ACRE**

JOSÉ PIMENTA

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, BRASÍLIA/DF, BRASIL

O AMAZONISMO ACRIANO E OS POVOS INDÍGENAS: REVISITANDO A HISTÓRIA DO ACRE

Resumo

Este artigo reflete sobre o lugar atribuído aos povos indígenas na história oficial do Acre. A partir da ideia de amazonismo, discuto o imaginário ocidental sobre a Amazônia e seus primeiros habitantes, enfatizando sua profunda ambiguidade. Mostro como esse imaginário serviu de guia à conquista do Acre durante o auge da economia extrativista da borracha e como os povos indígenas da região foram inicialmente marginalizados e excluídos da história para exaltar o heroísmo dos colonizadores, só adquirindo visibilidade após sua organização como atores políticos a partir da década de 1970 num novo contexto de colonização da região. Por fim, analiso a situação contemporânea que, apesar de mais favorável aos índios, reinventa uma história idílica e continua reproduzindo os estereótipos ocidentais sobre essas populações.

Palavras-Chave: Amazônia, Acre, povos indígenas.

AMAZONISM IN ACRE AND INDIGENOUS PEOPLES: REVISITING ACREAN HISTORY

Abstract

This article deals with the place attributed to indigenous peoples in the official history of the state of Acre. Starting with the notion of Amazonism, I discuss Western imaginary about the Amazon and its first inhabitants with an emphasis on its deep ambiguity. I show how this imaginary served as a guide to the conquest of Acre during the rubber boom and how the region's indigenous peoples were initially marginalized and excluded from its history in order to boost the colonizers' heroism. It was only in the 1970s that the Indians acquired some visibility after they organized themselves as political actors in a new colonization context of the region. Lastly, I analyze a contemporary situation which, although more favorable to the Indians, reinvents an idyllic history and continues to reproduce Western stereotypes about these peoples.

Keywords: Amazon, Acre, indigenous peoples.

EL AMAZONISMO ACRIANO Y LOS PUEBLOS INDÍGENAS: REVISITANDO LA HISTÓRIA DEL ACRE

Resumen

En este artículo se reflexiona sobre el lugar dado a los pueblos indígenas en la historia oficial de Acre. Desde la idea de Amazonismo, discuto el imaginario occidental del Amazonas y sus primeros habitantes, destacando su profunda ambigüedad. Muestro cómo este imaginario sirvió de guía para la conquista de Acre durante el apogeo de la economía extractiva del caucho y cómo los pueblos indígenas de la región fueron marginados inicialmente y excluidos de la historia para exaltar el heroísmo de los colonos, para solamente ganar visibilidad después de su organización como actores políticos desde la década de 1970 en un nuevo contexto de la colonización de la región. Por último, se analiza la situación contemporánea que, a pesar más favorable a los indios, reinventa una historia idílica y continúa jugando estereotipos occidentales sobre estas poblaciones.

Palabras-Clave: Amazonía, Acre, pueblos indígenas.

Endereço do autor para correspondência: Campus Universitário Darcy Ribeiro, Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Antropologia. CEP 70910-900 - Brasília/DF.

INTRODUÇÃO

O estado do Acre conta atualmente com 15 povos indígenas que somam uma população de pouco mais de 18 mil indivíduos (Governo do Estado do Acre 2014: 24). A esse total devemos somar uma crescente população de índios urbanizados e alguns pequenos grupos em situação de isolamento voluntário que vivem na região do paralelo 10 sul, no alto rio Envira, na fronteira do Acre com o Peru, situações para as quais não existem dados demográficos precisos. Vários povos indígenas que habitam hoje o estado foram divididos pelas fronteiras nacionais definidas na primeira década do século XX.

A história do Acre está estreitamente ligada ao extrativismo da borracha. Até meados do século XIX, a região era pouco conhecida e as populações indígenas viviam num relativo isolamento do mundo ocidental. A situação se transformou radicalmente a partir da década de 1870, quando milhares de seringueiros chegaram ao atual território do Acre para explorar a borracha. A chegada dos seringueiros nordestinos constitui, para usar uma expressão de Ricoeur (1978: 40), o “evento fundador” da história oficial acriana. Para a história ocidental, o Acre nasceu com os seringueiros e a epopeia da borracha. Foram eles que conquistaram o “deserto ocidental” (Costa 1998). Junto com o povo seringueiro, a história oficial também imortalizou dois heróis, figuras emblemáticas da integração do Acre ao Brasil: Plácido de Castro, o líder da campanha militar contra os bolivianos, e o Barão de Rio Branco, o chef da diplomacia brasileira respon-

sável pela assinatura do Tratado de Petrópolis assinado em 17 de novembro de 1903 que resolveu a disputa territorial com o país.¹

A história oficial do Acre é um discurso ufanista, contado do ponto de vista dos vencedores e periodicamente atualizado e reajustado em função dos interesses políticos do momento. A narrativa mítica da “invenção do Acre” é um relato hegemônico e sacralizado, o que não significa que ele seja unívoco. Pode estar, por exemplo, mais ou menos aberto a interpretações, conciliar perspectivas ou versões distintas, enfatizar um ou outro evento, mas relata sempre o ponto de vista dos vencedores. Em (re)construção e (re)invenção permanente, essa história oficial se autocelebra periodicamente por meios manifestações discursivas e simbólicas, cultua seus heróis, hinos, bandeiras, monumentos etc. Nessa história, a “questão indígena” ocupa um lugar curioso e instigante. Embora mencionados por alguns historiadores, os povos indígenas do Acre ocuparam um papel marginal no momento da conquista desse território e desaparecem da história regional durante a maior parte do século XX para reaparecerem na década de 1970 e passarem a desempenhar um papel central no discurso oficial dos últimos 15 anos.

Este artigo procura refletir sobre alguns aspectos da história sacralizada do Acre, que podemos chamar de “invenção do Acre”, tendo como fio condutor a “questão indígena”. Inspirado por alguns estudos recentes que criticam a história oficial do estado, como Bezerra (2005), Morais (2008) ou Carneiro

(2014), ele retoma, revisa e amplia para o período contemporâneo algumas reflexões anteriores (Pimenta 2004a). A análise privilegiará o imaginário construído durante a “invenção do Acre” e a ideologia contemporânea do que Morais (2008) chamou de acrianidade.² Esses dois momentos expressam com nitidez duas formas contrastantes de se pensar os índios e seu lugar na história regional. A “invenção do Acre” enfatiza a conquista desse território e sua incorporação ao Brasil durante o auge da economia extrativista da borracha na virada do século XIX para o século XX. Ela geralmente exclui os povos indígenas, apagando sua participação na construção da história regional, ou se limita a mencioná-los para enaltecer as façanhas dos colonizadores. Cem anos depois, a ideologia da acrianidade, promovida pelo governo regional a partir de 1999, procede a um movimento inverso. Ela (re)inventa um discurso identitário que não só (re)introduz os povos indígenas na história regional, mas faz dessas populações, junto com os seringueiros, personagens centrais dessa mesma história. Ao analisar essa transformação, procuro mostrar que essas duas ideologias, embora pareçam contraditórias, são, na realidade, faces opostas mas complementares de um mesmo fenômeno. Trata-se de duas versões do que eu chamarei aqui de amazonismo, ou seja, um edifício ideológico dicotômico, produzido historicamente pelo pensamento ocidental sobre a Amazônia e seus primeiros habitantes. Iniciarei procurando qualificar essa ideia de amazonismo para, em seguida, explorar sua versão acriana no

momento da “invenção do Acre”. Por uma questão de comodidade, chamarei essa versão acriana do amazonismo de acrianismo. Por fim, mostrarei como os povos indígenas passaram a emergir na história do Acre a partir da década de 1970 antes de serem recuperados pelo discurso oficial numa nova versão do acrianismo à qual me refiro, seguindo Morais (2008), como acrianidade. Dito de outro modo, procuro mostrar como o acrianismo e acrianidade são duas versões, aparentemente opostas, mas na realidade complementares do mito do amazonismo.

O AMAZONISMO: IMAGINÁRIO COLONIAL E POVOS INDÍGENAS

À imagem do orientalismo de Said (1996) podemos definir o amazonismo como um conjunto de ideias, discursos e práticas produzidos pelo imaginário ocidental sobre a Amazônia e os povos indígenas, seus primeiros habitantes. Como artefato conceitual e prático sobre a alteridade amazônica, o amazonismo se caracteriza por uma desigualdade de poder e apresenta geralmente a Amazônia e suas populações nativas como o espelho invertido do Ocidente.

Embora partilhe muitas características com o “orientalismo” de Said, o amazonismo não é um discurso unívoco produzido por um Ocidente uniforme sobre uma alteridade passiva. Pelo menos enquanto ideologia, ele é caracterizado por ideias estereotipadas, negativas, mas também positivas, cujas manifestações diferem e variam em intensidade em função dos atores e das épocas. Em seu conjunto, essas ideias

acabam por formar um campo ideológico profundamente ambíguo. Historicamente movido por interesse dos mais variados, o amazonismo é alimentado em permanência por uma grande diversidade de atores, inclusive pelos próprios povos indígenas que, nas últimas décadas, passaram a participar de sua construção enquanto sujeitos e não apenas como objetos. Assim, o amazonismo seria mais bem definido como um campo ambíguo caracterizado por um caleidoscópio de imagens multifacetadas sobre a Amazônia e seus primeiros habitantes ou um conjunto de discursos e de ações múltiplas e contraditórias que podem ser mobilizados, em função das circunstâncias, para servir os mais diversos interesses. Mais do que um “orientalismo amazônico”, o amazonismo, tal como o concebo aqui, é uma versão do indigenismo no sentido dado por Ramos (1998: 5-7). É um indigenismo geograficamente localizado onde homens e natureza se confundem ou, melhor dizendo, no qual os homens são geralmente associados à natureza porque são considerados parte integrante dela.

Os discursos que sustentam o amazonismo enquanto concepção ocidental sobre a Amazônia e os povos indígenas são bem conhecidos dos antropólogos e já foram objeto de uma vasta literatura. Gondim (1994), por exemplo, fez uma síntese desse imaginário de ideias que ela reuniu sob a expressão de “invenção da Amazônia”. O amazonismo retoma basicamente essa ideia. No entanto, prefiro o termo à expressão de Gondim para enfatizar sua unidade ou a estrutura que lhe dá sustentação. O

amazonismo tem sua origem nas primeiras descrições da alteridade amazônica e de seus primeiros habitantes feitas pelos viajantes do século XVI, mas o imaginário que esse edifício de ideias e ações mobiliza possui raízes mais profundas. Creio ser importante lembrar rapidamente essa estrutura e algumas características desse imaginário.

Como mostraram, entre outros, Pagden (1982), Bartra (1994) ou Woortmann (2004), a concepção ocidental da alteridade tem suas raízes na Grécia Antiga, momento onde se estabeleceu uma dicotomia fundante entre o “civilizado” e o “bárbaro” ou “selvagem”.³ Essa oposição binária está implícita na ordem simbólica que criou o Ocidente como construção ideológica e serviu de modelo para a apreensão da alteridade nos séculos seguintes. Assim, a noção de “selvageria” ou “barbárie” para qualificar uma ausência de “civilização” e muitas vezes de humanidade foi utilizada pelos gregos para falar dos Citas, pelos romanos para descrever os germanos, e na Idade Média pelos europeus para se referir aos irlandeses, os habitantes da borda da Europa.⁴

Na história europeia, o Renascimento foi uma época-chave, um período de transição entre o mundo medieval e a modernidade. O sistema copernicano e a chegada ao “Novo Mundo” questionaram profundamente a cosmografia e a cosmologia até então vigentes. A visão de um mundo tradicional, fixado e ordenado pela escolástica medieval, ela mesma informada pelo texto bíblico, começava lentamente a ser abalada sem, no entanto, ser substituída por

novas verdades (Woortmann 2004). Nesse contexto de incertezas e temores, aberto às mais ousadas especulações, as primeiras informações sobre a Amazônia e seus habitantes indígenas apareceram como a transposição de velhas imagens sobre a alteridade, atualizadas e aplicadas à nova realidade, e como uma fonte de inspiração para velhas e novas utopias.

Assim, desde os primórdios da colonização europeia, a Amazônia e os povos indígenas da região serviram de palco de projeção para os mais diversos mitos e fantasias ocidentais. A nova alteridade tornou-se um objeto-pretexto para falar de si e de seu próprio mundo. A Amazônia e seus primeiros habitantes concentraram todos os sentimentos e ilusões. À imagem do Janus de duas faces, a região e os índios foram construídos pelo Ocidente como seu espelho invertido.

Primeiras testemunhas ocidentais da Amazônia e de seus habitantes, os relatos de Carvajal (1941) e de Acuña (1941) combinaram o fantástico e o exótico e edificaram as bases do amazonismo. Até o século XIX, pelo menos, nas descrições sobre a Amazônica, encontramos relatos de homens sem cabeça ou com cauda, cinocéfalos, gigantes e anões, canibais selvagens e outras criaturas estranhas. Situadas num liminar entre natureza e cultura, essas imagens negativas dos nativos da Amazônia se misturam com descrições da terra, da fauna e da flora. São também complementadas por versões positivas da alteridade que relatavam a existência, por exemplo, de homens puros e inocentes vivendo no Paraí-

so. Assim, as figuras ocidentais sobre a alteridade amazônica alimentaram as mais diversas utopias: mito das Amazonas, inferno verde, Eldorado, seres canibais, “Nobre Selvagem” etc.

⁵ Sistematizando todos os paradoxos, a Amazônia e os povos indígenas podem ser ao mesmo tempo símbolos de riqueza e miséria, medos e esperanças, sonhos e pesadelos, futuro e passado, Inferno e Paraíso, etc. Manipuladas sem limites, essas imagens contraditórias informaram a conquista do território e o encontro dos Europeus com os povos indígenas. Elas serviram aos mais diversos atores e interesses. Além de legitimarem a colonização da região e de seus primeiros habitantes, os mitos do amazonismo também tiveram repercussões não previstas na Europa, onde foram mobilizados para sustentar interesses políticos e ideológicos.⁶

O edifício ideológico construído pelo Ocidente para representar a Amazônia e os povos indígenas conheceu várias alterações nos últimos dois séculos. Libertou-se, progressivamente, do imaginário fantástico da cosmologia antiga e medieval. As imagens contemporâneas do “selvagem”, incarnadas nos índios da Amazônia, abandonaram as figuras antropozoomórficas do passado que também nunca foram uma exclusividade do Ocidente.⁷ No entanto, o amazonismo continua se reproduzindo em uma paleta diversificada de fantasias. Não cabe aqui explorar essas facetas que continuam sendo reproduzidas por viajantes, escritores, filósofos, militares, políticos, jornalistas, antropólogos, entre muitos outros. Aprisionados no discurso binário e estereotipado

sobre o “outro”, que Trouillot (1991) chamou de *savage slot*, os índios e a Amazônia continuam sendo manipulados para servir os mais diversos interesses e utopias ocidentais.

Essa persistência do amazonismo ao longo dos séculos se explica se consideramos que sua ideologia remete a uma dicotomia mais profunda, ou seja, à distinção civilização / barbárie que é somente uma outra maneira de representar a distinção natureza / cultura, tema clássico da reflexão antropológica. Nesse concepção binária, a Amazônia e os povos indígenas ocupam geralmente o pólo da natureza. O espaço geográfico e humano se confundem. Assim, no discurso do “mau selvagem”, os índios da Amazônia pertencem ao reino da natureza e sua incorporação ao domínio da cultura passava pela “obra civilizadora”. Embora dominante, esse discurso também era acompanhado por seu oposto que fazia desses povos um ideal de humanidade justamente por viverem numa natureza bondosa e ignorarem os males da civilização.

A história do Acre apresenta essas duas versões do indigenismo amazônico ou amazonismo. No sudoeste da Amazônia, seus dois polos opostos caracterizam dois momentos históricos. A primeira versão foi dominante durante a “invenção do Acre” até os índios da região serem supostamente “civilizados” e desaparecerem da história oficial. No início do século XXI, a segunda versão substitui a primeira. Como o amazonismo, o discurso que a história oficial do estado do Acre nos conta e celebra há mais de cem anos é um monólogo

que usa os povos indígenas para falar basicamente de si e projetar nessas populações os estereótipos ocidentais do “mau” e do “bom selvagem”. Por comodidade, chamarei essa versão acriana do amazonismo de acrianismo.

O ACRIANISMO NA “INVENÇÃO DO ACRE”: ÍNDIOS MORTOS E ÍNDIOS “CIVILIZADOS”

Durante o período de “invenção do Acre”, o “outro” é essencialmente o boliviano, ou seja, o estrangeiro contra o qual os seringueiros brasileiros lutavam pela conquista do território. Embora não sejam totalmente invisíveis, os povos indígenas ocuparam, inicialmente, um espaço muito marginal na história do Acre e praticamente desaparecem até a década de 1970. No entanto, a marginalidade e o desaparecimento simbólico dos índios do Acre não significa que as imagens do amazonismo estivessem ausentes. Como no resto da Amazônia, o imaginário ocidental projetou seus fantasmas sobre as futuras terras acrianas e seus primeiros habitantes. No final do século XIX e início do século XX, a “conquista do deserto ocidental” Costa (1998) é exemplar de alguns mitos do amazonismo. Para parafrasear Gondim (1994), podemos dizer que a “invenção do Acre” foi uma modalidade particular da “invenção da Amazônia”.

Embora não possa ser datada com precisão, a emergência do acrianismo é anterior à chegada dos seringueiros à região. O atual território do Acre foi imaginado antes de ser conquistado. Ainda inexplorados, os rios Purus e

Juruá cativaram o imaginário europeu nos primeiros séculos da colonização. A capital do Império Inca, Cuzco, era considerada a fonte desses dois grandes rios opulentos de riquezas, principalmente ouro. Em 1639, Cristobal de Acuña, por exemplo, se referia ao rio Juruá como “rio Cuzco”. As margens do Juruá e Purus eram consideradas o habitat natural de tribos fantásticas e temidas que protegiam ferozmente seus tesouros:

“Rios enigmáticos, envoltos nas malhas da lenda, impenetráveis ao homem branco temerosos da ferocidade dos silvícolas, habitantes e guardiãs de suas margens. É que a tradição da crônica regional, desde época bastante remota, os apontava como o reino de índios bárbaros e de tesouros salomônicos. No Purus, diz a lenda, havia índios gigantes que se enfeitavam com folhas de ouro, outros que penduravam argolas desse metal no nariz e nas orelhas. A primitiva geografia do Purus e Juruá foi uma geografia de mitos: no primeiro a nação dos gigantes, no segundo o país dos anões e dos homens caudados” (Tocantins 1979: 105).

Ora, até meados do século XIX, a região do atual estado do Acre era praticamente desconhecida do mundo ocidental e tudo o que se falava sobre esse território não passava de especulações. As primeiras expedições oficiais aos rios Purus e Juruá foram realizadas em 1852 a mando de João Batista de Figueiredo Terneiro de Aranha, então presidente da Província do Amazonas. Lideradas respectivamente por João Rodrigues Cameté e Romão José de

Oliveira, elas já tinham como objetivo, além do conhecimento geográfico da região, a atração e a pacificação dos índios. Todavia, a historiografia ocidental consagrou os nomes de Manoel Urbano, explorador do Purus em 1858, e João da Cunha Corrêa, que percorreu o Juruá em 1861, como os primeiros “desbravadores” e “descobridores” das terras acrianas. Apesar dessas expedições pioneiras, o Acre só começa realmente a existir a partir do final da década de 1870 com a chegada maciça de seringueiros. O imaginado e cobijado ouro incaico, que se imaginava cobrir os corpos antropozoomórficos dos índios da região, materializou-se no “ouro negro”, o leite vegetal, no final do século XIX. Os seringueiros⁸ criaram o Acre, inventando-o.

Na historiografia acriana, a diversidade nativa se confunde, geralmente, com a natureza a ser explorada e conquistada ou, na melhor das hipóteses, é apresentada como um estado primitivo de humanidade. Antes da epopeia da borracha e da chegada dos seringueiros, a região acriana é tida como não tendo história. Essa ideia é expressada claramente no título escolhido por Craveiro Costa, um dos principais historiadores da região, para qualificar sua obra principal: “A conquista do deserto ocidental” (Costa 1998). Até recentemente, para a história oficial, o povo acriano era formado somente pelos seringueiros, cuja façanha histórica foi domesticar a natureza e os índios que faziam parte dela. Durante praticamente todo o século XX, várias estratégias retóricas foram utilizadas para minimizar e até negar a presença de índios na re-

gião acriana que é geralmente apresentada como uma “terra virgem”, “vazia” ou um “deserto” onde o imaginário do inferno verde se mistura às esperanças do Eldorado; a “última página, ainda a escrever-se, do Gênese” nas palavras de Euclides da Cunha (1998). O Acre foi obra dos seringueiros, heróis anônimos, desesperadamente instalados numa região hostil, mas promissora. Com audácia e bravura, o admirável nordestino penetrou laboriosamente a selva, desafiando a natureza e as flechas envenenadas dos “índios selvagens” para conquistar palmo a palmo o território e integrá-lo à nação. Como o bandeirante, o seringueiro deflorou a floresta e domou a natureza virgem.

“A terra é, naturalmente, desgraçada e triste, porque é nova. Está em ser. Faltam-lhe à vestimenta das matas os recortes artísticos do trabalho (...). Há alguma coisa extraterrestre naquela natureza anfíbia, misto de águas e de terras, que se oculta, completamente nivelada, na sua própria grandeza. E sente-se bem que ela permaneceria para sempre impenetrável se não se desentranhasse em preciosos produtos adquiridos de pronto sem a constância e a continuidade das culturas. As gentes que a povoam talham-se-lhe pela braveza. Não a cultivam, aformoseando-a: domam-na. O cearense, o paraibano, os sertanejos nortistas, em geral, ali estacionam, cumprindo, sem o saberem, uma das maiores empresas destes tempos. Estão amansando o deserto. E as suas almas simples, a um tempo ingênuas e heroicas, disciplinadas pelos reveses, garantem-lhe, mais que os organismos

robustos, o triunfo na campanha formidável” (Cunha 1998: 88-89).

Para amansar e cultivar o “deserto”, o seringueiro exterminou a maioria dos índios. Vários esforços narrativos foram feitos para esconder esses massacres, episódios pouco gloriosos da “invenção do Acre”. O seringueiro patriótico, enaltecido pela história oficial, é na realidade um assassino de índios. Quando não os matou deliberadamente procurou civilizá-los. Como bem apontou Carneiro (2014: 260), “a genealogia do Acre começa quando a história de inúmeros povos indígenas termina”. No momento da conquista, as populações indígenas da região são vistas como um obstáculo à exploração da borracha. A presença nativa é considerada um freio ao avanço inevitável e benfeitor do “progresso” e da “civilização”. A “invenção do Acre” começou com um genocídio deliberadamente ocultado.

Ainda sabemos muito pouco sobre a dimensão desse genocídio. Alguns autores afirmaram que cinquenta povos indígenas representando uma população de cerca de 60 mil indivíduos habitavam as bacias dos rios Purus e Juruá durante os séculos XVI, XVII e XVIII (Calixto et al. 1985: 15). Embora possam dar uma ideia da magnitude do genocídio, essas estimativas devem ser consideradas com extrema cautela já que os autores não informam como chegaram a esses números. Se qualquer estimativa da população indígena dessa região da Amazônia sul-ocidental no período pré-colonial ainda continua temerária, a etnologia indígena contemporânea, os estudos de etnohistória e

os achados recentes da arqueologia fornecem uma boa crítica aos mitos do acrianismo e pistas interessantes que poderão participar da construção de uma história menos etnocêntrica. Assim, contrariamente as imagens de “deserto” ou “terra vazia” promovidas pela história oficial, vários trabalhos apontam para uma ocupação milenar dessa região e para a existência de uma população etnicamente diversificada e numericamente importante antes da chegada dos seringueiros.⁹

Chamados regionalmente de “correias”, os massacres de indígenas eram organizados por seringueiros e seringalistas brasileiros, mas foram sistematicamente subestimados ou vergonhosamente ocultados pelos promotores da história oficial acriana que preferem atribuir o assassinato dos nativos à violência, não menos cruel e condenável, de caucheiros bolivianos e peruanos ou a outros fatores. Mesmo Castelo Branco (1950), um dos raros autores a mostrar certo interesse pela diversidade indígena, procurou minimizar a presença dos índios e atribuiu o desaparecimento desses povos aos massacres perpetrados pelo estrangeiro boliviano, aos conflitos intertribais ou ao sarampo.

Os índios nunca atuaram como sujeitos históricos na “invenção do Acre”. Mesmo quando considerados humanos, continuavam fazendo parte da natureza. Com a chegada dos seringueiros, os povos “sem história”, quando não simplesmente invisibilizados, tornaram-se objetos de retórica da uma história etnocêntrica e colonial que se constrói sem eles e sobre eles, nunca com eles. Se alguns índios encontraram

refúgio nas cabeceiras dos rios, em áreas menos cobiçadas onde não existia seringa, de modo geral, o destino dos povos indígenas do Acre durante a colonização da região foi o extermínio ou, na melhor das hipóteses, a “civilização”.

Assim, uma dicotomia se estabeleceu rapidamente no Acre entre os índios “brabos”, por um lado, e os índios “civilizados” ou “mansos”, por outro. Uma dualidade que atualizava a oposição “selvagem” / “civilizado”, exemplificando, mais uma vez, a versão acriana do amazonismo. Após serem massacrados e perderem suas terras, os “brabos” só são lembrados para reforçar a grandeza e o heroísmo dos colonizadores. Integrados à cultura local como folclore, tornaram-se símbolos das glórias do passado, ou seja, da conquista da cultura sobre a natureza.¹⁰ Os “civilizados” ou “mansos”, por sua vez, integraram progressivamente a economia do seringal como mateiros, caçadores, pequenos agricultores, etc. Esses sobreviventes tornaram-se, sobretudo, seringueiros e passaram a conviver com seus alagoes históricos com os quais partilharam um destino funesto durante a maior parte do século XX, muitas vezes na condição de mão de obra servil no sistema escravista e paternalista do barracão, principalmente na região do Alto Juruá. Ao genocídio sucedeu o etnocídio.

Como em outras regiões da Amazônia, a civilização pelo trabalho produziu a categoria genérica de “caboclo”; uma nova fantasia do amazonismo colonial. Embora se diferencie do “brabo”, ou seja, o índio “selvagem”

com traços animalescos, o “caboclo” acriano continuou a representar uma sub-humanidade situada no limiar da natureza e da cultura. Caracterizado por um conjunto de atributos negativos (ladrão, preguiçoso, traidor etc.), o “caboclo” é um índio “civilizado” que se olha no espelho do branco (Cardoso de Oliveira 1976: 14-20, Aquino 1977). Para sobreviver no cativeiro, os índios do Acre tiveram que deixar de serem índios durante décadas. Os “caboclos” reprimiram sua identidade étnica para fugir dos preconceitos da sociedade colonial. “Civilizados” ou massacrados, os povos indígenas desapareceram da história oficial do Acre durante a maior parte do século XX. Até meados da década de 1970, instituições governamentais e importantes segmentos da sociedade acriana desconheciam a existência de populações indígenas no Estado (Aquino & Iglesias 1999: 6). Não existiam “índios”, somente “caboclos”. Símbolo dessa invisibilidade, a FUNAI só começou realmente a atuar na região em 1975, quando foi criada uma representação regional no estado. Até essa data, as raras viagens de funcionários do SPI legitimaram os padrões seringalistas e alguns políticos locais como representantes do órgão.

Como veremos a seguir, o genocídio e etnocídio dos índios do Acre só começou a adquirir uma certa visibilidade a partir da década de 1980 quando a voz dos índios se fez mais audível. No entanto, o passado continua sendo glorificado com muita soberba pela história oficial, cujo narcisismo exagerado talvez esteja intimamente relacionado ao tamanho do morticínio que ela produ-

ziu e ainda busca dissimular. No fundo, como indica numa passagem contundente Eduardo de Araújo Carneiro, um dos raros intelectuais a procurar desconstruir os mitos da história oficial, os povos indígenas, mesmo massacrados, subjugados ou esquecidos, continuam um elemento essencial da “invenção do Acre”.

“Em resumo, a versão epopeica da história do Acre parece ter sido uma necessidade social para acobertar, dentre outras desgraças, o massacre de inúmeros povos indígenas. A narrativa epopeica fez de tudo para inocentar os “heróis acrianos” desse grande flagelo. As correrias fizeram do território acriano um sepulcro aberto que exala odores fúnebres até os dias de hoje. Assim sendo, todas as datas festivas ligadas à fundação do Acre são memoriais da intolerância e do etnocentrismo.” (Carneiro 2014: 267-268).

ENTRANDO NA HISTÓRIA DOS BRANCOS: O MOVIMENTO INDÍGENA NO ACRE

Os povos indígenas só apareceram como atores na história do Acre a partir de meados da década de 1970 quando começaram, paulatinamente, a se organizar no campo interétnico para defender seus direitos, principalmente territoriais. Essa afirmação política se deu em reação a uma nova frente de colonização da região estimulada pelas políticas da ditadura militar para o desenvolvimento da Amazônia.

Durante o século XX, os mitos do amazonismo continuaram a orientar as

políticas oficiais para a Amazônia que recebeu uma atenção especial durante a ditadura (1964-1985). A exploração da Amazônia continuou ser vista como uma solução milagrosa para resolver os problemas econômicos e sociais do país. A construção do “Brasil Grande” e o futuro próspero da nação passavam pelo desenvolvimento dessa vasta região e sua integração definitiva à economia capitalista mundial. Nesse contexto, a ideologia desenvolvimentista e integracionista das décadas de 1970 e 80, com suas imagens ambivalentes e contraditórias, reproduziram as mesmas estruturas cognitivas que informaram o mito do amazonismo nos séculos anteriores. Popularizadas por slogans como “uma terra sem homens para homens sem terra” ou “integrar para não entregar”, todas as políticas para a Amazônia do período militar se apoiaram nos paradoxos do amazonismo. Tinham, por exemplo, como objetivo, o povoamento de um espaço ainda visto como natural e vazio, mas habitado por povos indígenas, além de uma numerosa população produto das fases de colonização anteriores e da miscigenação; a valorização econômica de uma região considerada improdutiva, mas que dissimulava opulentos riquezas; a integração à nação de um território visto como marginal, mas ao mesmo tempo primordial, etc.

No Acre, a nova fase de colonização se caracterizou pela economia agropecuária. Beneficiando-se da crise da borracha e de estímulos do governo estadual, ela se intensificou na região a partir da década de 1970. Os “paulistas”, termo pelo qual os novos colo-

nos originários do centro-sul e do sul do Brasil e seus representantes passaram a ser chamados pelos acreanos, apresentavam-se como os novos “civilizadores” do Acre, vindos para desenvolver e integrar a região ao resto do país, trazendo progresso e prosperidade para essas terras ainda consideradas “selvagens”. Para tanto, compraram os seringais em falência, desmataram a floresta, criaram pastos e procuraram transformar seringueiros e índios em peões (Aquino 1977).

As primeiras reivindicações indígenas no Acre surgiram em decorrência dos conflitos pela terra que caracterizaram essa nova fase de colonização, mas a emergência e a consolidação do movimento indígena acreano também devem ser situadas no contexto político mais amplo da afirmação étnico-política da indianidade que caracterizou as Américas a partir da década de 1970. Nesse fenômeno global, atores não indígenas tiveram um papel fundamental. No caso do Acre, é importante mencionar a regional da Amazônia Ocidental do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), a Comissão Pró-Índio do Acre (CPI-Acre), uma ONG indigenista, e o antropólogo Terri Valle de Aquino.¹¹ Esses atores foram os primeiros porta-vozes da causa indígena.

Aos poucos, com esse apoio externo, lideranças indígenas começaram a emergir no campo interétnico. Elas expõem os problemas de suas comunidades, denunciam as situações de dependência diante dos brancos, o racismo, os desmatamentos, a colonização de seus territórios, etc. A partir de 1982, assembleias indígenas regionais

começaram a ser organizadas periodicamente em Rio Branco. Rejeitando a identidade negativa de “caboclo”, os povos indígenas do Acre afirmam positivamente sua indianidade e etnicidade e passam a reivindicar junto ao governo federal a demarcação de suas terras. Essa organização política dos índios do Acre se fortaleceu em 1986 quando lideranças de diferentes povos, reunidas em Rio Branco durante a terceira assembleia indígena do Acre e do Sul-Amazonas, decidiram pela criação de uma organização indígena regional: a União das Nações Indígenas do Acre e do Sul-Amazonas- UNI/Norte.

Em meados da década de 1980 e início dos anos 90, o movimento indígena do Acre também encontrou nos seringueiros, inimigos históricos, importantes aliados contra a frente colonial dos “paulistas”. Reunidos em sindicatos de trabalhadores rurais desde a década de 1970, os seringueiros do Acre fundaram, em 1985, o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS). Com sua liderança emblemática, Chico Mendes, lutavam contra os novos colonos que ameaçavam seu modo de vida e defendiam a criação de reservas extrativistas – uma figura jurídica até então inexistente que reinterpretava o conceito de “terra indígena” para adaptá-lo a uma população não indígena mas que habitava tradicionalmente a floresta e usufruía de seus recursos de uma forma não predatória.

Num cenário internacional marcado por uma preocupação crescente com as questões ambientais, índios e seringueiros do Acre conquistaram uma visibilidade política inédita no final da

década de 1980 e início dos anos 1990. Após o assassinato de Chico Mendes, ocorrido em dezembro de 1988, eles criaram uma plataforma de reivindicações comuns e construíram uma aliança interétnica. A Aliança dos Povos da Floresta, como ficou conhecida, foi um marco importante do movimento indígena e seringueiro no Acre, principalmente na região do Alto Juruá. Alimentada pela retórica ambientalista internacional, ela deve ser considerada, sobretudo, como um instrumento político para lutar contra um adversário comum e alcançar objetivos pragmáticos: criação de terras indígenas, reservas extrativistas, parques nacionais, etc. (Pimenta 2004a). Articulando conflitos locais com lutas globais numa rede diversificada de atores, a Aliança dos Povos da Floresta também questionava a política amazônica do governo brasileiro e o modelo econômico dominante que já vinha sendo objeto de críticas e reformulações no âmbito da ONU com a emergência progressiva da ideologia do “desenvolvimento sustentável”.¹²

A “Aliança dos Povos da Floresta” nunca chegou a se materializar numa organização conjunta e deixou progressivamente de existir a partir de meados da década de 1990, quando lideranças indígenas e seringueiras optaram por continuar suas lutas de modo independente. No entanto, no Acre, ela constitui um momento importante do indigenismo regional e seus resultados foram particularmente importantes com a criação de várias terras indígenas, das primeiras reservas extrativistas e do

Parque Nacional da Serra do Divisor. Nas últimas duas décadas, o movimento indígena acreano passou por profundas transformações, mas continuou mostrando uma notável dinâmica. Embora várias terras indígenas e alguns povos ainda não tenham uma representação formalizada, organizações indígenas de diversos tipos se multiplicaram nas últimas duas décadas no estado. Criada em 2005, a Organização dos Povos Indígenas do Acre, Sul do Amazonas e Noroeste de Rondônia (OPIN) atua hoje como representante de uma indianidade regional e substituiu a UNI/Norte, extinta em 2004 em decorrência de escândalos envolvendo seus gestores. Sua influência política é, no entanto, extremamente reduzida e outras associações adquiriram uma visibilidade muito maior. Como em outras regiões da Amazônia (Albert 2000), as organizações indígenas no Acre são geralmente fundamentadas numa base étnica, pan-étnica ou numa identidade socioprofissional. Podem, por exemplo, representar os interesses de uma única comunidade, de uma terra indígena específica, de uma microrregião, como um conjunto de povos de uma bacia hidrográfica, ou ainda uma categoria profissional, como é o caso dos professores e dos agentes agroflorestais. Em agosto de 2000, realizei um primeiro levantamento das organizações indígenas do Acre que serviu para complementar o recenseamento das organizações indígenas da Amazônia publicado em Albert (2000). Naquela ocasião, existiam 20 organizações indígenas,

todas elas na bacia do Juruá, às quais se juntavam duas organizações sediadas em Rio Branco: a UNI/Acre e o Movimento dos Estudantes Indígenas do Acre e do Sul do Amazonas – MEIACSAM (op. cit.: 206). Em 2006, Iglesias e Aquino (2006: 582) levantaram 34 organizações indígenas formalmente legalizadas, sendo 23 associações, duas cooperativas, quatro organizações regionais, duas de categorias profissionais (agentes agroflorestais e professores), duas de mulheres e uma de estudantes. As 23 associações representavam 11 povos diferentes e 19 delas, ou seja 83%, estavam localizadas no vale do Juruá. As outras quatro foram criadas em 2004 e representavam terras indígenas do vale do Purus (op. cit.).

Apesar da permanência de inúmeras dificuldades no âmbito da saúde, educação ou economia, entre outros, os povos indígenas do Acre superaram provavelmente a fase mais dramática do contato com o mundo ocidental. A partir da década de 1970, eles deixaram de ser simplesmente objetos da história dos brancos para também se tornarem atores de sua própria história. A questão territorial, primeira bandeira do movimento indígena regional, testemunha de algumas das conquistas mais significativas realizadas nas últimas décadas. Assim, até 1970 não existia nenhum território indígena. Hoje, o Acre conta com 35 terras indígenas distribuídas em metade dos 22 municípios do estado, principalmente situadas no vale do rio Juruá e seus afluentes, com uma concentração maior na região de fronteira com o Peru. Essas terras indíge-

nas representam hoje cerca de 16% da superfície do estado.¹³

OS POVOS INDÍGENAS NO “GOVERNO DA FLORESTA”: A ACRIANIDADE E SUAS UTOPIAS

Se os povos indígenas do Acre começaram progressivamente a ser atores ativos na história dos brancos a partir da década de 1970, esta, por sua vez, se “reinventou” fazendo dos índios um elemento central. A partir de 1999, o Estado do Acre passou a ser governado por uma coalizão de partidos de esquerda liderada pelo Partido dos Trabalhadores (PT). A Frente Popular do Acre, nome dessa coalizão, iniciou o que tem sido apresentado pela propaganda oficial do estado como uma “nova era” que se caracterizaria pela reversão do antigo modelo desenvolvimentista etnocida e ecocida para o novo paradigma do “desenvolvimento sustentável” que propõe associar o crescimento econômico com a proteção do meio ambiente. A ideia de “desenvolvimento sustentável” no Acre foi associada ao conceito de “florestania”, um neologismo criado pelo novo executivo regional para qualificar uma cidadania baseada na valorização das populações da floresta, índios e seringueiros, e tendo o uso sustentável dos recursos naturais como princípio orientador fundamental. Os dois mandatos do ex-governador Jorge Viana, ou seja, o período de 1999 a 2006 que correspondem ao que o merchandising governamental definiu como “Governo da Floresta”, foram os anos mais emblemáticos dessa nova orientação

política que se manteve nos governos posteriores. Em linhas gerais, embora com menos ênfase, tanto o ex-governador Binho Marques (2007-2010), como Tião Viana, irmão de Jorge, que dirigiu o estado de 2011 a 2014, ano em que foi reeleito para um novo mandato atualmente em curso, mantiveram os mesmos ideais e a mesma orientação política. Com suas particularidades, todos esses governos são herdeiros e continuadores do “Governo da Floresta”. No final de 2018 serão três governadores diferentes e cinco mandatos consecutivos, ou seja, vinte anos sem interrupção de governos da Frente Popular do Acre, uma situação inédita na vida política brasileira para o PT.¹⁴

O “Governo da Floresta” também se autoproclamou herdeiro dos ideais da “Aliança dos Povos da Floresta” e elegeu a figura de Chico Mendes como o emblema de sua política. Nesse novo contexto histórico, os povos indígenas do Acre adquiriram uma maior visibilidade e receberam um reconhecimento inédito por parte do poder executivo regional que os promoveu oficialmente a protagonistas da história do estado num processo de reinvenção do passado.

A transformação do lugar dos povos indígenas na história regional recente protagonizada pelos últimos governos do estado apresenta uma surpreendente inversão em relação ao processo de “invenção do Acre” que a historiografia oficial vinha construindo. A mudança dos últimos 15 anos aponta para a outra faceta do mito do amazonismo que até então tinha sido negligenciada pelo acrianismo, ou seja, uma valori-

zação idealizada dos povos indígenas. Embora positivo em muitos aspectos, esse reconhecimento, muitas vezes exagerado e distorcido, também é revelador de uma série de contradições e de formas sutis de manipulações da alteridade bem características do amazonismo. Nessa nova faceta do acrianismo, os povos indígenas se tornam objeto de um discurso oficial que os usa para reinventar um passado ideal e justificar as utopias do presente. Termino este artigo apontando para alguns aspectos dessa nova faceta do acrianismo que encontra respaldo em vários trabalhos recentes e que merecerá ser explorada com maior densidade etnográfica em outras oportunidades.

Antes de expor essa nova versão do acrianismo, é importante salientar que um olhar crítico não impede reconhecer os avanços que foram realizados nos últimos 15 anos pelo executivo regional em relação à “questão indígena”, principalmente nos dois governos de Jorge Viana. Entre os vários pontos positivos do “Governo da Floresta” podemos, por exemplo, destacar: a criação em 1999 do Núcleo de Indigenismo da Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour, que promoveu várias ações e um conjunto de publicações que procuraram dar visibilidade e valorizar os povos indígenas do estado; a organização de festivais de cultura indígena; o apoio à produção artesanal e a valorização dos saberes dessas populações; a criação da Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas –SEPI– que foi dirigida pela liderança ashaninka Francisco Piyãko;¹⁵ a criação de um conselho

estadual indígena; a implementação, a partir de 2004, de um vasto programa de “etnozoneamentos”, ou seja, levantamentos dos recursos naturais das terras indígenas e produção de diagnósticos ambientais para a elaboração de planos de gestão desses territórios e orientação das políticas públicas etc. O mérito dessas e outras ações devem certamente mais ao movimento indígena que a boa vontade dos governantes. Uma análise mais demorada também revelaria que muitas críticas podem ser feitas à maneira como essas ações foram implementadas, assim como aos pressupostos e as ideologias que elas veiculam. É verdade, ainda, que a questão indígena foi progressivamente diminuindo de importância nas gestões de Binho Marques e, sobretudo, Tião Viana. No entanto, é necessário reconhecer que o “Governo da Floresta” foi marcado por mudanças importantes, sobretudo se comparamos a situação contemporânea do Acre com as conjunturas encontradas em outros estados da Amazônia brasileira onde os poderes regionais continuam silenciando as vozes desses povos e abafando suas reivindicações ou com o passado não muito distante do estado do Acre que não demonstrava nenhum interesse por essas populações e as considerava representantes do subdesenvolvimento.¹⁶ Historicamente representados como símbolos do atraso do estado, os povos indígenas, junto com os seringueiros, passaram a ser vistos como modelos (e também objetos de experimento) do novo paradigma do “desenvolvimento sustentável”. Ora, embora pareça impossível para qualquer estu-

dioso da “questão indígena” no Acre negar essa evidência, esse aspecto tem sido negligenciado por muitos críticos atuais.

Mesmo reconhecendo alguns avanços nos últimos governos, a valorização dos povos indígenas do Acre na era do “desenvolvimento sustentável” deve, no entanto, ser considerada com extrema cautela para não cairmos num entusiasmo ingênuo. Em trabalho anterior, ao analisar a visita de uma equipe do “Governo da Floresta” entre os Ashaninka do rio Amônia, tive a oportunidade de mostrar como as atitudes dos representantes do estado, apesar da nova retórica, continuavam atualizando a dicotomia natureza / cultura, transformando os índios em ambientalistas por natureza e reproduzindo os estereótipos e o paternalismo ocidental (Pimenta 2004b).

A visibilidade dos índios do Acre também está longe de ser uma característica vivenciada por todos os povos e comunidades. Nos últimos 15 anos, ao tratar da “questão indígena”, os governos do Acre têm sobretudo destacado a experiência de três grupos: os Ashaninka do rio Amônia, os Yawanawá do rio Gregório e, com menos ênfase, os Kaxinawá do rio Jordão. Enquanto a grande maioria continua em grande medida invisível, esses três grupos concentram a maior parte dos holofotes e simbolizam a nova indianidade regional. Eles são frequentemente citados nos discursos oficiais e usados nas propagandas governamentais para personificar os ideais do “desenvolvimento sustentável” e da “florestania”. Elogiados por manter uma relação har-

moniosa com a natureza, tornaram-se o arquétipo do “índio ecológico” do imaginário ocidental, reatualizando o discurso do “bom selvagem” do amazonismo numa versão acriana até então desconhecida.

A criação desses “índios hiperreais”, para retomar uma expressão de Ramos (1995), quando não cria a ilusão de que as conquistas que esses grupos alcançaram nos últimos anos são tributárias do apoio do executivo regional, serve para ofuscar as situações muito variadas, mas ainda, em geral, extremamente difícil na qual vivem todos os povos indígenas do Acre, inclusive os mais em voga. Na “nova era” do “desenvolvimento sustentável”, a visibilidade dos povos indígenas do estado está intimamente relacionada à capacidade diferenciada de cada comunidade para mercantilizar sua cultura e sua natureza. Numa espécie de processo de dupla essencialização, os “índios bons” dos últimos governos do Acre são aqueles que ainda têm suas tradições para exibir e comprovar o quanto eles são próximos da natureza e, ao mesmo tempo, sabem usar sua cultura e os recursos naturais dos seus territórios para encarar os desafios da modernidade e do desenvolvimento. Com o “Governo da Floresta”, os índios ideais do Acre são aqueles que melhor se enquadram no paradigma do “desenvolvimento sustentável”. Esses índios imaginados pouco têm a ver com os povos de carne e osso. Embora a situação dos índios do Acre tenha melhorado nos últimos governos, ela continua desesperadamente precária e muito distante das propagandas do “índio ecológico”.

Assim, essa nova faceta do amazonismo acriano do “Governo da Floresta” também está intimamente articulada com as próprias contradições da ideia de “desenvolvimento sustentável”. Como expus recentemente com foco na questão indígena (Pimenta 2012) e como vários autores, tais como Silva (2010), CIMI (2012) ou Paula (2013), vêm demonstrando de modo mais geral, a política do “Governo da Floresta” e de seus sucessores está longe de romper com as práticas desenvolvimentistas tradicionais baseadas na exploração frenética dos recursos naturais amazônicos e na mercantilização da natureza, à qual poderíamos acrescentar, no caso do Acre, a mercantilização das culturas indígenas, mas também dos seringueiros. Os últimos governos do Acre que fazem do “desenvolvimento sustentável” uma devoção quase teológica continuam os fiéis aliados e os cúmplices das políticas federais para a Amazônia baseadas em ambiciosas iniciativas como o Programa de Aceleração do Crescimento e a Iniciativa Integração Regional Sul Americana que atualizam, num novo contexto, as ambivalências do mito do amazonismo e são responsáveis pelas históricas e constantes violações dos direitos indígenas.

Nesse sentido, o novo acrianismo do “Governo da Floresta” reinventou a história do Estado em benefício próprio para sustentar seu mito do “desenvolvimento sustentável”. Nessa “nova era”, os principais eventos da história regional foram resignificados para inserir os seringueiros e os povos indígenas, novos símbolos identitários do “povo acriano”, como principais pro-

tagonistas ao lado de heróis já consagrados como Plácido de Castro. Além de serem sutilmente manipulados para legitimarem a nova “ideologia/utopia” (Ribeiro 1992), com constantes referências à imagem de Chico Mendes como símbolo dos novos ideais, os “povos da floresta” passaram a constituir um corpo único. Seringueiros e índios são apresentados como se fossem uma entidade singular historicamente movida pelos mesmos ideais. De esquecidos ou vítimas da colonização, os índios tornaram-se combatentes anônimos da “Revolução Acriana”. Ao lado dos seringueiros e da elite regional, eles lutaram prontamente pela incorporação do Acre ao Brasil. Como num passe de mágica, além de símbolos do “desenvolvimento sustentável” contemporâneo, também se tornaram ferventes patriotas. Afinal, são os primeiros brasileiros!

Esse processo de reconstrução de uma nova história e de uma nova identidade regional foi muito bem analisado e criticado por Moraes (2008) que salientou a importância de sua dimensão geográfica. Segundo a autora, a construção dessa nova memória coletiva, que ela chama de acrianidade, passa também pela criação de novos espaços territoriais que atuam como referência identitária e servem ao mesmo tempo para materializar e alimentar os novos ideais. Assim, para cultuar sua nova versão da história regional, o “Governo da Floresta” multiplicou os espaços de memória. Os índios passaram a ser valorizados não somente nos discursos, mas também em monumentos e museus na maioria das vezes em compa-

nhia dos seringueiros, sob a identidade genérica de “povos da floresta”.¹⁷

A reinvenção da história do Acre pelos últimos governos regionais traz certamente benefícios reais para os índios que deixaram de ser “caboclos” e passaram a ter uma voz mais audível diante do poder executivo. No entanto, a nova acrianidade é mais um “abuso da história” (Carneiro 2014) quando não uma ofensa a muitos índios (e também aos seringueiros). Fazer dos povos indígenas do Acre aliados históricos dos seringueiros e defensores da Pátria-Brasil pode ser uma maneira convincente de defender certos ideais políticos, mas constrói uma narrativa utópica que acaba encobrindo o genocídio e o etnocídio do encontro colonial. Esse discurso, muito difundido durante a “Aliança dos Povos da Floresta” e recuperado nos últimos anos pelo poder regional, é um discurso político e ideológico que encontra pouco respaldo na vida real. Hoje, as relações entre índios e seringueiros variam muito em função das histórias locais. Pela minha experiência de pesquisa no Alto Juruá, posso afirmar que a realidade é muito mais diversa e complexa do que a mitologia apresentada pelo “Governo da Floresta”. Embora possam existir laços e afinidades entre essas populações que podem defender interesses comuns, em muitos lugares há conflitos latentes e até mesmo declarados. Não devemos esquecer que os seringueiros foram os algozes históricos dos índios durante a “invenção do Acre”. As correrias deixaram profundas cicatrizes na memória de muitos povos. De modo geral, muitos índios continuam vendo os se-

ringueiros como os representantes do mundo dos brancos, com tudo o que isso simboliza de negativo em termos cosmológicos e como experiências históricas traumáticas. De modo semelhante, muitos seringueiros continuam considerando os índios como “caboclos em via de civilização”.

Apesar do desejo de romper com o etnocentrismo da história oficial, a produção da acrianidade pelo “Governo da Florestas” e seus sucessores continua utilizando os índios, geralmente diluídos na identidade genérica de “povos da floresta”, para difundir uma história que é alheia a esses povos e que serve sobretudo para propagandear os desejos e as utopias do poder. A acrianidade contemporânea é polo positivo do acrianismo da “Revolução Acriana”; ela é uma versão muito peculiar do amazonismo que continua usando os índios e a Amazônia como objetos-pretexos para o interminável monólogo ocidental.

CONCLUSÃO

A partir de alguns mitos da “invenção do Acre”, este artigo buscou refletir sobre o lugar que os brancos atribuíram aos povos indígenas na construção da história regional. Com a ideia de amazonismo e acrianismo, procurei identificar e discutir uma curiosa transformação: a mudança, em pouco mais de um século, de uma narrativa negativa geralmente caracterizada pela ausência ou a marginalização dessas populações, ou seja, a ideia do “selvagem” ou do “brabo” a ser “civilizado”, para uma narrativa positiva que não só

visibiliza a presença dos índios, mas faz desses povos, juntos com seringueiros, os “verdadeiros acrianos”, ou seja, peças essenciais no processo de construção da história oficial e da identidade regional.

Após terem sido reduzidos a meros objetos da história etnocêntrica do Ocidente, que os condenou precipitada e preconceituosamente à extinção e assimilação, os povos indígenas do Acre mostraram uma dinâmica surpreendente para resistir às vicissitudes do contato com os brancos e encontraram, a partir de 1999, no novo governo regional um interlocutor mais sensível. Ao fazer do “desenvolvimento sustentável” o mote ideológico de sua política, os últimos governos do Acre colocaram os índios, junto com os seringueiros, no centro de seus discursos. Os “sem história” viraram um dos pilares da acrianidade, a nova história e identidade acriana, reescrita e reinventada pelo “Governo da Floresta” e seus sucessores. Ao se tornarem atores políticos nas últimas décadas, os povos indígenas foram certamente os principais protagonistas dessa transformação que têm várias dimensões positivas que não devem ser silenciadas. No entanto, apesar de dar visibilidade aos índios, principalmente aos povos que maior simbolizam seus interesses, a acrianidade não rompeu com as ideologias e práticas do passado e espero ter mostrado que suas continuidades com o amazonismo são evidentes. A acrianidade se configura como a nova versão do amazonismo acriano, o polo oposto do acrianismo que dominou a “invenção do Acre”

durante a conquista. O “selvagem” foi idealizado, mas ainda não desapareceu. No Acre do início do século XXI, ele abandonou sua aparência assombrosa para se transformar, milagrosamente, num índio ideal, o espelho no qual o branco continua se contemplando em busca de suas utopias.

Por fim, cabe salientar que este artigo não pretendeu escrever uma história dos índios do Acre e ainda menos uma história do Acre a partir de uma perspectiva indígena. Essa tarefa desafiadora será provavelmente explorada num futuro próximo por alguns intelectuais indígenas.¹⁸ Essas histórias indígenas ainda por vir serão certamente extremamente variadas como são as culturas e a vida desses povos. No entanto, todas elas terão certamente em comum um evento de fundamental importância: o encontro com os brancos. Todas elas narrarão os contatos com os seringueiros ou com os caucheiros ocorridos nas últimas décadas do século XIX e início do século XX no momento da “invenção do Acre”. Brasileiros, bolivianos ou peruanos, a nacionalidade desses brancos será provavelmente uma questão secundária e, cada uma dessas histórias indígenas, dará para esses brancos um espaço bem diferente daquele que eles ocupam nas mitologias nacionais. Do mesmo modo, nessas futuras histórias indígenas, a incessante e obsessiva busca dos brancos pelo desenvolvimento, mesmo em sua versão “sustentável”, qualquer que seja o significado que podemos dar a essa expressão, será provavelmente vista como mais uma modalidade da arrogância ocidental que procura continu-

adamente civilizar os índios, tornando essas populações sempre mais semelhantes à nossa própria imagem.

NOTAS

¹ Esse tratado é o mais valorizado pela historiografia, mas ele não solucionou a “questão acriana” na medida em que o litígio com o Peru só foi resolvido em 1909 com a assinatura do Tratado do Rio de Janeiro.

² Usarei as palavras acrianidade e acrianismo com “i” em vez de “e”, enquanto alguns autores, como Morais, preferem a segunda grafia, ou seja, acreanidade e acreanismo. Ambas grafias continuam aceitas, mas optei por uma padronização seguindo as regras do Novo Acordo Ortográfico para evitar confusões.

³ Não cabe aqui diferenciar o “bárbaro” do “selvagem”. O importante é que ambas são uma ilusão. Metáforas ou figuras de retórica do Ocidente, essas duas ficções foram usadas de forma privilegiada para qualificar a alteridade mais distante e estabelecer o contraste entre o “nós” e os “outros”. A ideia de “selvagem” foi mais comum na Amazônia e remete ao imaginário do *homo sylvaticus* ou *homo sylvestris*, ou seja, o homem da selva ou da floresta, um ser meio humano, meio animal, que habitava uma natureza não cultivada, portanto “não civilizada”, alimentava-se de carne crua, etc.

⁴ Na Idade Média, os irlandeses, habitantes da *eschatia*, ou seja, do limite do mundo conhecido, eram o paradigma privilegiado do “selvagem”. Com a “descoberta” do “Novo Mundo”, os ameríndios passaram paulatinamente a substituir os irlandeses nesse imaginário. Na história do Acre, a figura do “selvagem” é mais comumente representada, por razões que desconheço, pelo termo “brabo”. Sobre a figura do

“selvagem” na Europa e nas Américas, ver, por exemplo, Woortmann (2004).

⁵ Conhecido desde a antiguidade onde é relatado por Heródoto, o mito das Amazonas, por exemplo, atravessou os séculos até pelo menos os escritos do explorador francês La Condamine (1944). Popularizado por Orellana, ele está presente nos relatos de Colombo, Vespúcio, Carvajal e muitos outros (Woortmann 2004: 86). Produto do imaginário europeu, essa “tribo de mulheres guerreiras”, temida e ao mesmo tempo desejada, era considerada a guardiã de um território riquíssimo em ouro, alimentando outra quimera: o Eldorado (ou El Dourado). Combinados, os mitos do Amazonas e do Eldorado fizeram dos índios Yanomami o alvo privilegiado das fantasias ocidentais (Smiljanic 1995, Ramos 2010).

⁶ Melo Franco (1976), por exemplo, salientou o uso das imagens do “Nobre Selvagem” por alguns filósofos como Montaigne ou Rousseau para ilustrarem uma sociedade mais justa e fraternal que os novos ideais da Revolução Francesa pretendiam encarnar.

⁷ Representações de seres antropozoomórficos são comuns em várias culturas e eram encontradas inclusive na Amazônia pré-colonial como atesta, por exemplo, a cerâmica marajoara.

⁸ Na descrição da “invenção do Acre”, o sentido que dou à palavra seringueiro engloba também os seringalistas. É impossível resumir aqui a história do Acre do final do século XIX e século XX que é complexa e extremamente dinâmica; excelentes análises dessa história podem ser encontradas em Bezerra (2006) e Carneiro (2014).

⁹ Um pré-requisito para o estudo da pré-história da região é desnaturalizar as fronteiras estatais na medida em que vários povos indígenas foram arbitrariamente separados pela formação dessas fronteiras

e passaram a viver em dois e, por vezes, três países. Com esse novo olhar, constata-se, por exemplo, conexões importantes e muito antigas entre alguns povos do Acre com a região peruana da Selva Central e também com o antigo império incaico. A etnografia contemporânea apresenta múltiplas evidências dessas conexões em povos específicos. Nesse sentido, os trabalhos de Erikson (1992) sobre os grupos Pano e de Renard-Casevitz (1992) sobre os Arawak que se esforçam em apresentar um panorama macrorregional são referências incontornáveis. Esses autores mostram, por exemplo, a importância das redes comerciais e guerreiras, as influências recíprocas, etc. A arqueologia, por sua vez, tem revelado importantes descobertas no Acre com os chamados geoglifos, ou seja, gigantescas formas geométricas desenhadas no solo. Descobertos em vários sítios, principalmente nos municípios de Xapuri e Boca do Acre, os primeiros estudos desses geoglifos provam a presença milenar de populações indígenas, mas também a existência de sociedades “complexas” numa região amazônica de terra firme (Schaan et al. 2008). Essa descoberta arqueológica trará uma contribuição fundamental para o entendimento da pré-história do Acre, mas também para a arqueologia da Amazônia de modo geral.

¹⁰ Esse é o caso, por exemplo, dos Naua (ou Nawa), cuja história é fascinante. Esse grupo da família etnolinguística Pano vivia no Alto Juruá nas proximidades da atual cidade de Cruzeiro do Sul, também conhecida localmente como “a terra dos Naua”. Conhecidos como “guerreiros valentes”, os Naua resistiram com as armas à penetração dos seringueiros até seu “extermínio oficial” que aconteceu, segundo a historiografia regional, no final do século XIX e início do século XX. Durante as décadas que seguiram, a sociedade cruzeirense fez do nome “naua” um símbolo da cultura e

da identidade local. Existe, hoje, em Cruzeiro do Sul, o teatro dos Naua, o café naua, o guaraná nauense, etc. Imprevisto e ironia de uma história mal contada, depois de um século de “extermínio”, os Naua “reapareceram” no ano 2000 no Parque Nacional da Serra do Divisor! Exemplo acriano de povo indígena “remanescente”, os Naua reivindicam hoje a demarcação de suas terras ao órgão indigenista.

¹¹ Então aluno do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília, Terri Valle de Aquino realizou sua pesquisa de mestrado com os índios Kaxinawá do Rio Jordão e criou, junto com as lideranças dessa região, as primeiras cooperativas indígenas quebrando assim o sistema do aviamento que dominava a comercialização da seringa e mantinha os índios em cativo. Ele também foi um dos fundadores da CPI-Acre em 1979. De modo mais geral, o antropólogo teve um papel fundamental ao denunciar o etnocídio e dar visibilidade à questão indígena no Acre.

¹² Não discutirei aqui a ideia de “desenvolvimento sustentável” que é objeto de uma ampla literatura nas ciências sociais e sobre a qual já tive a oportunidade de refletir em outras oportunidades (Pimenta 2004b; 2012). Ela será usada entre aspas em razão de sua polifonia.

¹³ Constatar essa indiscutível melhoria na questão fundiária dos povos indígenas do Acre não significa que todos os problemas territoriais tenham sido resolvidos. Existem ainda alguns povos lutando pelo seu território e várias terras indígenas, embora oficialmente demarcadas, continuam sofrendo invasões de madeireiros ou caçadores ilegais.

¹⁴ Só o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), no estado de São Paulo, tem uma longevidade comparável na administração de um estado brasileiro.

¹⁵ Cabe salientar que o Estado do Acre foi o primeiro estado brasileiro a criar uma secretaria específica para articular e discutir as políticas públicas com as populações indígenas do estado. A secretaria funcionou de 2003 até 2007, quando passou a ser substituída por uma assessoria ligada ao Gabinete do Governador.

¹⁶ Cabe não esquecer que muitos governos anteriores se destacaram por um histórico claramente anti-indígena. Por exemplo, o ex-governador Orleir Cameli, que dirigiu o estado entre 1994 e 1998, foi um dos principais responsáveis pelo desmatamento que afetou uma parte importante da Terra Indígena Kampa do Rio Amônia na década de 1980.

¹⁷ O Palácio Rio Branco, sede do governo regional, é um dos exemplos apresentado por Moraes (2008). Renovado e (re) inaugurado em 2002 pelo ex-governador Jorge Viana, ele passou a contar com salas-museu que narram a história do Acre e valorizam as culturas indígenas (op.cit.: 230-231). Entre os principais lugares de memória ressignificados ou simplesmente criados na cidade de Rio Branco pelo “Governo da Floresta”, a autora destaca ainda a “Praça Povos da Floresta”. Localizada no centro dos poderes legislativo e executivo do Acre e ponto central de manifestações políticas, ela está ornamentada com uma estatueta de Chico Mendes, o maior símbolo do novo povo acreano (op. cit.: 238). Outros lugares de memória são a “Biblioteca da Floresta Ministra Marina Silva”, a “Casa Povos da Floresta”, etc. Ver Moraes (op. cit.: Cap. 5)

¹⁸ De certa forma, esse processo já iniciou lentamente com os professores indígenas. O projeto “Uma experiência de autoria” da Comissão Pró-Índio do Acre (CPI/Acre) se dedica à formação de professores indígenas desde a década de 1980 e estimula,

entre outras coisas, esses professores a escreverem as histórias de seus povos.

REFERÊNCIAS

- Acuña, C. 1941 [1641]. *Novo descobrimento do Grande Rio das Amazonas*. São Paulo: Nacional.
- Albert, B. 2000. Associações indígenas e desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira, in *Povos Indígenas no Brasil 1996-2000*. Editado por C. A. Ricardo e F. Ricardo, pp. 197-207. São Paulo: Instituto Socioambiental.
- Aquino, T. 1977. *Kaxinawá. De seringueiros “caboclos” a “peão” acreano*. Dissertação de Mestrado, Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília/DF.
- Aquino, T. & M. Iglesias. 1999. *Zoneamento ecológico-econômico do Acre. Terras e populações indígenas*. Rio Branco: mimeo.
- Bartra, R. 1994. *Wild Man in the looking glass: The mythic origins of European otherness*. Ann Arbor: University of Michigan Press.
- Bezerra, M. J. 2005. *Invenções do Acre: de território a Estado – Um olhar social...* Tese de Doutorado, Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo/SP.
- CIMI (Conselho Indigenista Missionário). 2012. *Do\$siê Acre. O Acre que os mercadores da natureza escondem*. Documento especial para a cúpula dos povos. <http://www.cimi.org.br/pub/Rio20/Dossie-ACRE.pdf>, acesso em 27 de fevereiro de 2015.
- Calixto, V., J. F. de Souza & J. D. de Souza (Eds.). 1985. *Acre: Uma história em construção*. Rio Branco: Fundação de Desenvolvimento de Recursos Humanos, da Cultura e do Desporto.
- Cardoso de Oliveira, R. 1976. *Identidade, Etnia e Estrutura Social*. São Paulo: Pioneira.

- Carneiro, E. de A. 2014. “A invenção do Acre”: um estudo sobre comemorações cívicas e “abusos da história”. Tese de Doutorado, Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo/SP.
- Carvajal, G. de. 1941 [1542]. *Descobrimento do Rio de Orellana*. São Paulo: Nacional.
- Castelo Branco, J. M. B. 1950. O Gênio Acreano. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* 207:3-77.
- Costa, C. 1998 [1973]. *A conquista do deserto ocidental. Subsídios para a história do território do Acre*. Rio Branco: Fundação Cultural do Acre.
- Cunha, E. da. 1998 [1909]. *Um Paraíso Perdido. Ensaios, Estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia*. Rio Branco: Fundação Cultural do Acre.
- Governo do Estado do Acre. 2014. *Acre em números 2013*. Rio Branco: Secretaria de Estado de Planejamento.
- Erikson, P. 1992. Uma singularidade pluralidade: A etno-história Pano, in *História dos índios no Brasil*. Editado por M. Carneiro da Cunha, pp. 239-52. São Paulo: Companhia das Letras / FAPESP.
- Gondim, N. 1994. *A Invenção da Amazônia*. São Paulo: Marco Zero.
- Iglesias, M. & T. Aquino. 2006. Os índios e a florestania, in *Povos indígenas no Brasil 2001-2005*. Editado por B. Ricardo e F. Ricardo, pp. 579-583. São Paulo: Instituto Socioambiental.
- La Condamine, C. M. de la. 1944 [1745]. *Viagem na América Meridional descendo o Rio das Amazonas*. Rio de Janeiro: Pan-Americana.
- Melo Franco, A. A. 1976 [1937]. *O Índio Brasileiro e a Revolução Francesa. (As origens brasileiras da teoria da bondade natural)*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- Morais, M. de J. 2008. “Acreanidade”: Invenção e reinvenção da identidade acreana. Tese de Doutorado. Departamento de Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ.
- Pagden, A. 1982. *The Fall of Natural Man: The American Indian and the Origins of Comparative Ethnology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Paula, E. A. de. 2013. *(Des)Envolvimento insustentável na Amazônia Ocidental: dos missionários do progresso aos mercados da natureza*. Rio Branco: Edufac
- Pimenta, J. 2004a. A história oculta da Floresta: Imaginário, conquista e povos indígenas no Acre. *Linguagens Amazônicas* 2:27-44.
- Pimenta, J. 2004b. Desenvolvimento sustentável e povos indígenas: os paradoxos de um exemplo amazônico. *Anuário Antropológico* 2002/2003:115-150.
- Pimenta, J. 2012. Povos indígenas, desenvolvimento e integração fronteiriça: o caso do Acre e da fronteira Brasil-Peru, in *Etnologia indígena e Indigenismo*. Editado por J. Pimenta e M. I. Smiljanic, pp. 75-99. Brasília: Positiva: Brasília.
- Ramos, A. 1995. O índio hiperreal. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 28:5-15.
- _____. 1998. *Indigenism. Ethnic Politics in Brazil*. Madison: University of Wisconsin Press.
- _____. 2010. A tale of Gold and Tears. The El Dorado of the Yanomami. *Indiana* 27: 125-139.
- Renard-Casevitz, M. F. 1992. História Kampa, Memória ashaninka, in *História dos Índios no Brasil*. Editado por M. Carneiro da Cunha, pp. 197-212. São Paulo: Companhia das Letras / FAPESP.
- Ribeiro, G. 1992. Ambientalismo e desenvolvimento sustentado: nova ideologia/

utopia do desenvolvimento, in *Meio ambiente, desenvolvimento e reprodução: visões da ECO 92*. Editado por G. Ribeiro, C. Fausto e L. Ribeiro, pp. 5-36. Rio de Janeiro: ISER.

Ricoeur, P. 1978. *O conflito das interpretações*. Rio de Janeiro: Imago.

Said, E. W. 1996. *Orientalismo. O Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras.

Schaan, D., A. Ranzi & M. Pärssinen (Eds.). 2008. *Arqueologia da Amazônia Ocidental: os geoglifos do Acre*. Belém: Editora Universitária UFPA.

Silva, N. E. da. 2010. *Um governo na floresta: Política, mito e história no Acre contemporâneo*. São Paulo: Baraúna.

Smiljanic, M. I. 1995. *Das Amazonas aos Yanomami: fragmentos de um discurso exotizante*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília/DF.

Tocantins, L. 1979. *Formação Histórica do Acre*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Trouillot, M. R. 1991 Anthropology and the savage slot, in *Recapturing Anthropology*. Editado por R. Fox, pp. 17-44. Santa Fé: School of American Research Press.

Woortmann, K. 2004. *O selvagem e o Novo Mundo: Ameríndios, Humanismo e Escatologia*. Brasília: Editora da UnB.

Recebido em 03/04/2015

Aprovado em 30/07/2015